



Revista
Educar Mais

Orientação educacional e diversidade: uma revisão crítica sobre inclusão, formação e práticas educacionais (2018–2022)

Educational guidance and diversity: a critical review on inclusion, training, and educational practices (2018–2022)

Orientación educativa y diversidad: una revisión crítica sobre inclusión, formación y prácticas educativas (2018–2022)

Abel Cosme Buassa¹ 

RESUMO

O presente estudo, intitulado Orientação educacional e diversidade: uma revisão crítica sobre inclusão, formação e práticas educacionais (2018–2022), teve como objetivo analisar as lacunas e os desafios enfrentados pelos orientadores educacionais na implementação das políticas públicas de inclusão, bem como identificar enfoques teóricos e metodológicos, discutir os seus fundamentos conceituais e refletir sobre as suas contribuições para o fortalecimento das práticas inclusivas. Do ponto de vista metodológico, adotou-se uma abordagem qualitativa, baseada em uma revisão de literatura que integrou teses, dissertações e artigos científicos, permitindo uma análise crítica da produção acadêmica recente sobre a temática. Os resultados evidenciam a predominância de abordagens qualitativas, mas também revelam fragilidades na articulação teórica de parte das produções analisadas. Verificou-se, igualmente, uma persistente desconexão entre o discurso normativo das políticas de inclusão e a sua concretização nas práticas educativas, associada a limitações estruturais, à insuficiência de recursos e à fragilidade da formação contínua dos profissionais. Conclui-se que, apesar dos avanços registrados na produção científica e nas políticas inclusivas, subsistem lacunas significativas que comprometem a efetividade da orientação educacional, evidenciando a necessidade de uma reconfiguração das práticas pedagógicas e das bases institucionais, orientada para a promoção da equidade, da inclusão e da justiça social.

Palavras-chave: Orientação educacional; Diversidade cultural; Inclusão.

ABSTRACT

This study, entitled Educational Guidance and Diversity: A Critical Review on Inclusion, Training, and Educational Practices (2018–2022), aimed to analyze the gaps and challenges faced by educational counselors in implementing public inclusion policies, as well as to identify theoretical and methodological approaches, discuss their conceptual foundations, and reflect on their contributions to strengthening inclusive practices. Methodologically, a qualitative approach was adopted, based on a literature review that integrated theses, dissertations, and scientific articles, allowing for a critical analysis of recent academic production on the subject. The results show a predominance of qualitative approaches, but also reveal weaknesses in the theoretical articulation of some of the analyzed productions. It was also observed that there is a persistent disconnect between the normative discourse of inclusion policies and their implementation in educational practices, associated with structural limitations, insufficient resources, and the fragility of ongoing professional development. It is concluded that, despite the advances recorded in scientific production and inclusive policies, significant gaps remain that compromise the effectiveness of educational guidance, highlighting the need for a

¹ Licenciado em Ciências da Educação no curso de Pedagogia, Mestre em Recursos Humanos e Gestão do Conhecimento, Doutorando em Educação, com foco em atenção à diversidade e inclusão. Docente de Distribuição e Logística & Ética e Responsabilidade Social no Instituto Superior Universitário Nimi Ya Lukeni (INSPUNYL), Soyo, província do Zaire, Angola.

reconfiguration of pedagogical practices and institutional foundations, oriented towards the promotion of equity, inclusion, and social justice.

Keywords: *Educational guidance; Cultural diversity; Inclusion.*

RESUMEN

Este estudio, titulado «Orientación educativa y diversidad: una revisión crítica sobre inclusión, formación y prácticas educativas (2018-2022)», tuvo como objetivo analizar las brechas y los desafíos que enfrentan los orientadores educativos en la implementación de políticas públicas de inclusión, así como identificar enfoques teóricos y metodológicos, discutir sus fundamentos conceptuales y reflexionar sobre sus contribuciones al fortalecimiento de las prácticas inclusivas. Metodológicamente, se adoptó un enfoque cualitativo, basado en una revisión bibliográfica que integró tesis, disertaciones y artículos científicos, lo que permitió un análisis crítico de la producción académica reciente sobre el tema. Los resultados muestran un predominio de enfoques cualitativos, pero también revelan debilidades en la articulación teórica de algunas de las producciones analizadas. Se observó también una persistente desconexión entre el discurso normativo de las políticas de inclusión y su implementación en la práctica educativa, asociada a limitaciones estructurales, recursos insuficientes y la fragilidad del desarrollo profesional continuo. Se concluye que, a pesar de los avances en la producción científica y las políticas inclusivas, persisten brechas significativas que comprometen la eficacia de la orientación educativa, lo que subraya la necesidad de una reconfiguración de las prácticas pedagógicas y los fundamentos institucionales, orientada a la promoción de la equidad, la inclusión y la justicia social.

Palabras clave: *Orientación educativa; Diversidad cultural; Inclusión.*

1. INTRODUÇÃO

A crescente complexidade das sociedades contemporâneas tem exigido das instituições educacionais respostas mais inclusivas, equitativas e sensíveis à diversidade. Nesse contexto, a orientação educacional exerce um papel mediador fundamental, contribuindo para a promoção da equidade e da democracia no processo pedagógico. Além disso, a presença de múltiplas identidades culturais, étnico-raciais, sociais e de gênero evidencia a necessidade de modelos educacionais que não apenas reconheçam, mas também valorizem as diferenças, superando práticas homogêneas e excludentes.

No contexto africano, particularmente em Angola, esses desafios tornam-se ainda mais evidentes devido aos impactos históricos da colonização, desigualdades sociais e especificidades culturais locais. Como destaca Liberato (2024), a construção da cidadania e das identidades está profundamente associada ao papel da educação e do currículo, exigindo uma abordagem que valorize os contextos socioculturais em que essas identidades ocorrem. Nesse sentido, a orientação educacional assume papel estratégico na promoção da equidade e justiça social. Apesar dos avanços na área de políticas públicas de inclusão, ainda existe uma clara lacuna entre os princípios normativos e a prática institucional nas instituições de ensino. O desempenho dos orientadores educacionais tem sido limitado por fatores como formação inadequada, recursos institucionais insuficientes e ausência de práticas pedagógicas alinhadas com as demandas da diversidade. Tal realidade pode ser compreendida à luz da perspectiva de Bourdieu (2015, p. 73), segundo o qual, "o sistema de ensino atua como um mecanismo de reprodução das desigualdades". Para além disso, a literatura tem apontado deficiências na ligação entre os quadros teóricos e a forma como as coisas são feitas no cotidiano escolar, o que inibe a implementação de ações inclusivas.

Nesse contexto, a questão sobre o que tem sido feito com a orientação educacional na produção acadêmica recente e as implicações para a diversidade e inclusão é relevante. O estudo atual visa,

portanto, conduzir uma revisão da literatura que examine o conteúdo das discussões sobre orientação educacional que ocorrem de 2018 a 2022 e as lacunas, desafios e oportunidades potenciais existentes para fortalecer essa área em um contexto educacional moderno.

Em particular, visa: (i) identificar as ideias teóricas e metodológicas substantivas dos estudos analisados; (ii) discutir os fundamentos conceituais e políticos do trabalho de orientação educacional com respeito à diversidade; e (iii) refletir sobre o impacto desses estudos no aprimoramento da práxis inclusiva. O estudo baseia-se na teoria intercultural crítica, que compreende a orientação educacional como uma prática social e política capaz de transformar desigualdades educacionais e promover a diversidade entre os indivíduos nas escolas. Nesse contexto, Fleuri (2018) afirma que “a educação intercultural implica o reconhecimento das diferenças como constitutivas da prática educativa”, opondo-se a visões assimilacionistas ou excludentes.

2. REFERENCIAL TEORICO

2.1. A orientação educacional

A orientação educacional configura-se como um campo de intervenção pedagógica e social que ultrapassa o acompanhamento individual dos alunos, assumindo um papel estratégico na mediação das relações escolares e na promoção da equidade educacional. Embora historicamente associada a práticas de aconselhamento e ajustamento escolar, a orientação educacional tem sido progressivamente compreendida como uma prática crítica e interventiva, orientada para a transformação das desigualdades no contexto educativo.

Nessa perspectiva, a contribuição de Pierre Bourdieu (2015) é fundamental para compreender a escola não como uma instituição neutra, mas como um espaço de reprodução de desigualdades sociais e culturais. O autor argumenta que “o sistema educacional atua como um mecanismo de reprodução das desigualdades” (Bourdieu, 2015, p. 73), à medida que valida capitais culturais em detrimento de outros. A partir dessa leitura, torna-se possível questionar a compreensão da orientação educacional como uma prática meramente passiva, reconhecendo seu potencial de intervenção crítica frente às estruturas que produzem desigualdades.

No entanto, essa perspectiva estrutural precisa ser articulada a abordagens que evidenciem o potencial transformador da prática educativa. Nesse sentido, autores como Lankshear e Knobel (2020) e Pacheco (2017) postulam que a ação colaborativa e reflexiva orientada à prática coletiva e institucional é crítica. Essa articulação evidencia uma tensão central no campo educacional: entre a reprodução das desigualdades e as possibilidades de transformação por meio da ação pedagógica. Assim, a orientação educacional assume um caráter político-pedagógico, que se constrói ao mesmo tempo como um instrumento de reprodução e transformação social, dependendo das condições institucionais e da formação dos profissionais envolvidos.

2.2. Diversidade Cultural

A diversidade cultural configura-se como um elemento estruturante das sociedades contemporâneas e, simultaneamente, dos contextos educativos, manifestando-se na coexistência de múltiplas identidades culturais, étnico-raciais, linguísticas e sociais no espaço escolar. Neste sentido, a escola deixa de ser apenas um espaço de transmissão de conhecimentos, passando a ser um espaço de negociação de identidades e produção de sentidos.

A educação intercultural surge, neste contexto, como uma abordagem teórica fundamental para compreender e intervir na diversidade. Fleuri (2018) defende que a educação intercultural implica o reconhecimento das diferenças como constitutivas do processo educativo, promovendo o diálogo entre culturas e a superação de práticas homogêneas e assimilacionistas. Esta perspectiva rompe com os modelos tradicionais de ensino, que tendem a uniformizar as disciplinas e a desvalorizar a diversidade como recurso pedagógico.

No entanto, a análise da realidade educativa revela uma tensão entre o reconhecimento teórico da diversidade e a sua efetiva valorização na prática. Estudos como os de Ndongala (2020), Chilombo (2021) e Muteba (2018) demonstram que as práticas educativas continuam, em muitos contextos, a privilegiar modelos homogêneos, reproduzindo lógicas excludentes. Esta constatação evidencia uma contradição entre o discurso intercultural e a prática pedagógica.

No contexto angolano, esta problemática assume particular relevância. Liberato (2024) realça que a construção da identidade e da cidadania está diretamente associada ao reconhecimento das culturas e à valorização do currículo local. A autora defende que a educação deve promover o diálogo entre saberes e contribuir para a afirmação das identidades, evitando a reprodução de modelos educativos descontextualizados.

Assim, a diversidade cultural não deve ser entendida apenas como um dado do contexto, mas como um elemento central na reorganização das práticas educativas, exigindo uma abordagem crítica que possa ir para além do reconhecimento superficial das particularidades.

2.3. Inclusão

A inclusão educacional constitui um dos princípios fundamentais das políticas educacionais contemporâneas, estando diretamente associada à garantia do direito à educação para todos. Contudo, a inclusão não pode ser reduzida ao acesso ao sistema educacional, devendo ser compreendida como um processo que envolve a participação, a permanência e o sucesso escolar dos alunos.

Inclusão, quando entendida teoricamente, significa mudar as estruturas do sistema escolar para acomodar todos os alunos. No entanto, um exame crítico dessa ideia demonstra algumas de suas limitações. Na perspectiva de Bourdieu (2015), é possível entender que as desigualdades educacionais são produzidas por estruturas sociais mais amplas, o que significa que a inclusão não depende apenas de práticas pedagógicas, mas também de mudanças institucionais e políticas.

Nesse sentido, a inclusão emerge como um espaço de confronto entre a vontade política e a realidade pragmática. Estudos como o de Lopes et al. (2020) demonstram que o impacto das políticas inclusivas pode depender do alinhamento entre a formação de professores, os recursos institucionais e práticas pedagógicas coerentes. Quando essa articulação não ocorre, a inclusão tende a se manter no plano discursivo, sem impacto significativo na prática educativa.

Deste modo, a inclusão educativa deve ser entendida como um processo multidimensional e contínuo, que exige transformações pedagógicas, institucionais e culturais, orientadas para a construção de uma educação mais equitativa e socialmente comprometida.

3. METODOLOGIA

O presente estudo se caracteriza como uma investigação de natureza qualitativa, desenvolvida a partir de uma revisão de literatura com abordagem analítico-interpretativa. Essa abordagem permite examinar criticamente a produção científica existente sobre orientação educacional e diversidade, privilegiando a compreensão dos significados, das tendências e das lacunas presentes no campo de estudo.

A opção pela metodologia qualitativa baseia-se na sua capacidade de analisar fenômenos complexos em contextos específicos, permitindo uma interpretação aprofundada das práticas sociais e educativas. Nesse sentido, a revisão de literatura não se limita à descrição de estudos, mas assume um caráter analítico, voltado para a identificação de padrões, tensões e contribuições teóricas relevantes. Conforme destaca Creswell (2014, p. 87), "a pesquisa qualitativa busca compreender os significados que os indivíduos atribuem aos fenômenos sociais", o que reforça a adequação dessa abordagem ao objeto de estudo.

A coleta de dados foi realizada em bases de dados acadêmicas nacionais e internacionais, nomeadamente Google Scholar, SciELO, Redalyc e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Para a identificação dos estudos, foram utilizados descritores como "orientação educacional", "diversidade cultural", "inclusão escolar" e "práticas pedagógicas", combinados por meio dos operadores booleanos AND e OR, a fim de ampliar e refinar os resultados da busca.

Foram definidos critérios de inclusão e exclusão para garantir o rigor da seleção dos estudos. Como critérios de inclusão, consideraram-se: (i) estudos publicados entre 2018 e 2022; (ii) trabalhos disponíveis na íntegra; (iii) produções com relevância temática direta para a orientação educacional, diversidade e inclusão; e (iv) estudos com fundamentação teórica e metodológica consistente. Foram excluídos trabalhos duplicados, estudos incompletos e produções que não apresentassem relação direta com o objeto de investigação.

Com base nesses critérios, foram selecionadas 12 produções científicas, incluindo teses de doutorado, dissertações de mestrado e artigos científicos, provenientes de diferentes contextos geográficos, nomeadamente Angola, Moçambique, Brasil, República Democrática do Congo e Portugal. Essa diversidade permitiu uma análise comparativa das diferentes realidades socioculturais e educacionais.

A análise dos dados foi realizada por meio da técnica de análise de conteúdo, conforme proposta por Bardin (2016), que consiste em um conjunto de procedimentos sistemáticos de interpretação das comunicações.

O processo analítico foi desenvolvido em três etapas: (i) leitura flutuante das produções selecionadas, permitindo uma compreensão global do material; (ii) codificação e categorização dos dados, com base em temas recorrentes; e (iii) interpretação dos resultados, visando a identificação de padrões, convergências e divergências entre os estudos analisados.

As categorias de análise foram definidas com base nos objetivos do estudo e incluíram: o papel do orientador educacional, diversidade cultural, práticas inclusivas, formação profissional, políticas públicas e equidade educacional. Essa categorização permitiu organizar os dados de forma sistemática e facilitar a elaboração de uma análise integrada.

É importante ressaltar que, por se tratar de uma revisão de literatura, não houve envolvimento direto de sujeitos humanos e, portanto, não foi necessária a submissão a comitês de ética em pesquisa. No entanto, os estudos analisados abrangem diferentes contextos e sujeitos, cujas contribuições foram fundamentais para o desenvolvimento das interpretações apresentadas.

4. RESULTADOS

No presente estudo de revisão de literatura, as produções selecionadas abordam temáticas centrais que envolvem a orientação educacional, diversidade cultural, inclusão escolar, relações étnico-raciais, direitos humanos e formação docente para atuação em contextos plurais.

Com o objetivo de reunir estudos de diferentes naturezas, procedeu-se ao levantamento de teses, dissertações e artigos científicos, permitindo o acesso a uma significativa diversidade de produções acadêmicas. Foram selecionados 12 estudos, abrangendo diferentes contextos geográficos, incluindo Angola, Moçambique, Brasil, República Democrática do Congo e Portugal, cujo período temporal vai de 2018 a 2022, com maior ênfase na orientação educacional.

Tabela 1 – Produções científicas analisadas

Tipo de produção	Tema/títulos das pesquisas	Autor e Data
TESES	Políticas públicas de inclusão e o papel do orientador escolar	Oliveira (2021)
	La diversité dans les pratiques éducatives: limites et potentialités de l'action du conseiller d'orientation dans les écoles du Kasai-Central	Muteba (2018)
DISSERTAÇÕES	Orientação educacional e desigualdades sociais: um estudo em escolas periféricas.	Souza (2019)
	Desafios da orientação educacional nas zonas rurais de Moçambique.	Matombe (2020)
ARTIGOS	Formação do orientador educacional frente à diversidade.	Silva (2020)
	Identidade negra e orientação educacional.	Santos (2022)
	Inclusão e equidade nas escolas latino-americanas: O papel da orientação educacional.	Paiva (2022)
	Diversidade cultural e práticas pedagógicas na escola angolana.	Ndongala (2020)
	Práticas inclusivas na escola mediadas pela orientação educacional.	Gomes & Fernandes (2018)
	A orientação educacional como estratégia contra a exclusão escolar	Ferreira (2021)
	Educação inclusiva e diversidade no contexto angolano.	Chilombo (2021)
	Formação do orientador educacional para a diversidade.	Campos (2019)

Fonte: Elaboração Própria (2026).

A análise das produções científicas selecionadas identifica os padrões estruturais comuns, as tendências analíticas e as tensões conceituais características da orientação educacional no contexto

da diversidade. Longe de se limitar a fazer uma mera análise descritiva dos estudos em questão, esta seção é uma leitura integrada e crítica das evidências, articulando as diferentes contribuições em torno de eixos analíticos comuns

Desarticulação entre políticas públicas e práticas educativas

Um dos resultados mais consistentes foi associado à lacuna contínua entre o discurso normativo das políticas públicas de inclusão e a operacionalização real no ambiente escolar. Estudos como os de Oliveira (2021), Muteba (2018), Souza (2019) e Chilombo (2021), demonstram que, embora o plano legislativo esteja evidenciando avanços normativos relevantes, os avanços no plano normativo não são acompanhados por mudanças estruturais nas práticas educativas. Essa disjunção se evidencia nas dificuldades que as escolas enfrentam para implementar, de forma efetiva, princípios de equidade e inclusão. Muitas vezes, as políticas são formais e baseadas em declarações, sem estratégias efetivas de implementação. Como apontam Campos (2019) e Silva (2020), a materialização das políticas inclusivas sofre com a escassez de um ambiente institucional adequado. Observa-se, ainda, a escassez de recursos e treinamento especializado, o que leva à reprodução de abordagens pedagógicas tradicionais não responsivas, aumentando a disjunção entre a intenção política e a realidade educacional.

Formação profissional como fator estruturante

Outro eixo principal identificado pela análise é a formação de conselheiros educacionais. Os estudos analisados indicam que a formação inicial é, frequentemente, insuficiente para responder à complexidade dos contextos educacionais atuais (Gomes & Fernandes, 2018; Campos, 2019). Além disso, a formação contínua é vista como frágil, frequentemente inexistente ou desconectada das necessidades reais dos profissionais. Essa lacuna restringe o desenvolvimento de práticas reflexivas e inclusivas, limitando assim a intervenção dos conselheiros. No entanto, pesquisas como as de Silva (2020) e Santos (2022) mostram que a formação contínua desempenha um papel fundamental em incentivar a aquisição de habilidades em mediação de conflitos, valorização da diversidade e promoção da inclusão. Nesse sentido, a formação assume papel central na transformação das práticas educacionais.

O papel do orientador educacional na mediação da diversidade

A análise ilustra o papel estratégico do orientador educacional atuando como mediador das relações escolares e agente de promoção da inclusão. Pesquisas de Souza (2019) e Santos (2022) mostram que seu trabalho pode fortalecer as identidades dos alunos e contribuir para a construção de ambientes escolares mais equitativos. Mas as restrições estruturais frequentemente dificultam esse papel. Em tais contextos de poucos recursos e ausência de políticas claras, os papéis funcionais de um orientador educacional tornam-se fragmentados e reativos, assim minando sua eficácia transformadora (Chilombo, 2021; Muteba, 2018). Em contraste, quando há coordenação entre formação, apoio institucional e trabalho colaborativo, a posição do orientador torna-se mais consistente e eficaz, contribuindo para a promoção de práticas educacionais inclusivas.

Diversidade cultural: entre reconhecimento e invisibilização

No plano teórico, a diversidade cultural torna-se um aspecto importante para as produções analisadas. No entanto, a reflexão sobre a própria análise indica que, embora haja um reconhecimento crescente da diversidade, sua efetiva incorporação nas práticas pedagógicas ainda

se mostra limitada. De acordo com estudos recentes sobre contextos africanos, pesquisas indicam que formas pedagogicamente homogêneas continuam a predominar e que a diversidade continua a ser descartada como um recurso educacional (Ndongala, 2020; Muteba, 2018). Esse aspecto contribui para reforçar a natureza duradoura das soluções assimilacionistas que obscurecem a identidade cultural dos estudantes. No entanto, autores como Fleuri (2018) defendem uma perspectiva intercultural crítica baseada no diálogo entre culturas e na valorização das diferenças. Todavia, essa perspectiva ainda encontra dificuldades significativas quando transposta para a prática educativa.

Convergências e divergências entre contextos geográficos

A análise comparativa dos estudos deixa claro que há características comuns em diferentes contextos. Desafios semelhantes em Angola, Moçambique, Brasil e Portugal também são documentados em investigações, com a falta de recursos aliada à fragilidade das políticas públicas e à necessidade de desenvolvimento profissional contínuo (Oliveira, 2021; Souza, 2019; Campos, 2019). No entanto, especificidades locais tornam-se aparentes. No caso angolano, a questão da identidade cultural é particularmente central, pois está associada à valorização do currículo local, bem como à construção da cidadania, conforme identificado por Liberato (2024). Observa-se, ainda, que, embora os desafios sejam comuns a todas as realidades educacionais, as respostas devem ser específicas ao contexto e sensíveis às particularidades socioculturais de cada realidade educacional.

5. DISCUSSÃO

A análise dos resultados evidencia que a orientação educacional, no contexto da diversidade, se inscreve num campo estruturalmente tensionado, no qual se entrecruzam avanços normativos significativos e limitações práticas persistentes, configurando uma realidade marcada por contradições estruturais. Tal configuração não apenas revela um desfasamento entre o quadro político-normativo e a sua materialização no contexto educativo, como também expõe a complexidade inerente à operacionalização de modelos inclusivos em sistemas historicamente ancorados em lógicas de homogeneização e normalização. Neste enquadramento, um dos eixos analíticos mais críticos refere-se à natureza estrutural da desarticulação entre o discurso das políticas inclusivas e a sua efetiva concretização nas práticas escolares.

Essa desarticulação não se limita a questões técnicas ou organizacionais, devendo antes ser compreendida como expressão de dinâmicas mais profundas de reprodução social. À luz da teoria defendida por Bourdieu (2015), esta persistência pode ser interpretada como consequência de um sistema educativo que, ao legitimar determinados capitais culturais, tende a reproduzir desigualdades estruturais, mesmo quando orientado por princípios de equidade e inclusão. Assim, a inclusão assume frequentemente a forma de imperativo normativo, sem que se traduza, de modo consistente, em práticas efetivamente transformadoras.

Paralelamente, os resultados evidenciam uma tensão constitutiva no próprio papel da orientação educacional, que se posiciona simultaneamente como dispositivo institucional inserido num sistema de reprodução de desigualdades e como potencial agente de transformação dessas mesmas estruturas. Esta ambivalência coloca o orientador educacional num espaço de mediação crítica, cuja eficácia não depende exclusivamente da sua ação individual, mas das condições institucionais, organizacionais e formativas que enquadram a sua prática.

Neste contexto, a questão da formação profissional emerge como um eixo estruturante de natureza não apenas técnica, mas também epistemológica e política. A insuficiência da formação inicial e a fragilidade dos dispositivos de formação contínua não comprometem apenas a eficácia das intervenções, mas limitam, sobretudo, a capacidade dos profissionais de problematizar as dinâmicas de exclusão que atravessam o campo educativo. Deste modo, a formação deve ser concebida como um processo contínuo de construção de saberes críticos, capaz de deslocar o orientador educacional de uma posição funcional e adaptativa para uma atuação reflexiva, consciente e potencialmente transformadora.

No que concerne à diversidade cultural, a análise revela uma disjunção significativa entre o seu reconhecimento no plano discursivo e a sua efetiva incorporação nas práticas pedagógicas. Apesar da crescente valorização teórica da interculturalidade, conforme sustentado por Fleuri (2018), observa-se que as práticas educativas continuam, em múltiplos contextos, a operar sob paradigmas homogêneos que tendem a invisibilizar as diferenças. Tal disjunção evidencia que a diversidade, embora amplamente legitimada enquanto princípio, ainda não foi plenamente integrada como categoria estruturante da ação pedagógica.

Esta problemática adquire particular densidade no contexto angolano, onde a diversidade cultural se encontra intrinsecamente associada à construção da identidade e da cidadania. Conforme sublinha Liberato (2024), a valorização dos saberes locais e a integração de um currículo contextualizado constituem condições essenciais para a efetivação de uma educação inclusiva.

Para além disso, modelos de educação descontextualizados mantêm uma tensão entre a afirmação de identidades culturais e a reprodução de referências exógenas e, assim, minam o potencial emancipatório da educação. Outrossim, a análise comparativa entre diferentes contextos geográficos revela que, apesar das particularidades socioculturais, os desafios enfrentados pela orientação educacional têm uma natureza estruturalmente convergente.

A recorrência de fatores como recursos insuficientes, a fragilidade das políticas públicas e a ineficácia da formação profissional sugere que a questão da inclusão não pode ser reduzida a contextos isolados, mas deve ser compreendida como um fenômeno transversal presente em diferentes sistemas educacionais.

6. CONCLUSÕES

O estudo permitiu a análise das produções científicas sobre orientação educacional e diversidade, possibilitando a identificação de padrões, lacunas e desafios que caracterizam a atuação dos orientadores educacionais nos mais diversos contextos educacionais.

Em relação à identificação das abordagens teóricas e metodológicas, foi possível observar a predominância de abordagens qualitativas, com destaque para estudos de caso e revisões de literatura. No entanto, verificou-se que uma parte significativa das produções apresenta fragilidades na articulação teórica, o que limita a profundidade das análises e compromete a consistência interpretativa dos estudos.

Quanto à discussão dos fundamentos conceptuais e políticos da orientação educacional, foi possível concluir que esta tem vindo a ser progressivamente compreendida como uma prática de natureza pedagógica e social orientada para promoção da equidade e da inclusão. Ao mesmo tempo, no

entanto, permanecem limitações estruturais que impedem a implementação desses processos, enfatizando uma grande divisão entre os princípios das políticas públicas e a realização institucional.

Em relação às contribuições das produções analisadas para o fortalecimento das práticas inclusivas, foi possível verificar que a orientação educacional é significativa na mediação de conflitos, respeito e valorização das identidades e promoção de sistemas escolares mais equitativos. No entanto, essas contribuições encontram-se frequentemente condicionadas por fatores como insuficiência de formação continuada, escassez de recursos no contexto institucional e a vulnerabilidade da política de apoio.

Em geral, constata-se que, apesar das pesquisas voltadas para a inclusão e das políticas focadas na inclusão, permanecem lacunas substanciais na eficácia das práticas de orientação educacional. Essas lacunas destacam a necessidade de uma reconfiguração das práticas pedagógicas e das bases institucionais para garantir uma abordagem mais crítica, inclusiva e comprometida com a justiça social.

À luz desse conhecimento, reconhece-se que o fortalecimento da orientação educacional no campo da diversidade exige não apenas melhorias na formação dos profissionais, mas também a consolidação de políticas públicas mais consistentes e de condições institucionais que facilitem efetivamente as práticas de educação inclusiva.

7. REFERÊNCIAS

AZIBEIRO, Nadir Esperança; FLEURI, Reinaldo Matias. Paradigmas interculturais emergentes na educação popular. In: FLEURI, Reinaldo Matias (org.). **Diálogos interculturais**. Curitiba: CRV, 2018. p. 59–78.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2016.

BOURDIEU, Pierre. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

CAMPOS, Maria Helena. Formação do orientador educacional para a diversidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 24, n. 3, p. 1–18, 2019.

CHILOMBO, António Manuel. Educação inclusiva e diversidade no contexto angolano. **Revista Angolana de Educação**, v. 6, n. 1, p. 77–95, 2021.

CRESWELL, John W. **Research design: qualitative, quantitative, and mixed methods approaches**. 4. ed. Thousand Oaks: SAGE, 2014.

FERREIRA, João Manuel. A orientação educacional como estratégia contra a exclusão escolar. **Revista Portuguesa de Educação**, v. 34, n. 2, p. 89–108, 2021.

FLEURI, Reinaldo Matias. **Educação intercultural e movimentos sociais**. Florianópolis: UFSC, 2013.

GOMES, Ana Paula; FERNANDES, Luís Miguel. Práticas inclusivas na escola mediadas pela orientação educacional. **Educação & Sociedade**, v. 39, n. 145, p. 1121–1138, 2018.

LANKSHEAR, Colin; KNOBEL, Michele. **Pesquisa pedagógica: do projeto à implementação**. Porto Alegre: Penso, 2020.

LIBERATO, Ermelinda. **Educação e identidades em Angola: o papel do currículo local na construção da cidadania**. Luanda: Editora Acácias, 2024.

LOPES, Maria Clara et al. Inclusão escolar e políticas públicas: desafios contemporâneos. **Cadernos de Educação**, v. 28, n. 2, p. 55–72, 2020.

MATOMBE, Júlio. **Desafios da orientação educacional nas zonas rurais de Moçambique**. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Pedagógica de Maputo, Maputo, 2020.

MUTEBA, Jean-Claude. **La diversité dans les pratiques éducatives**. 2018. Tese (Doutorado em Ciências da Educação) – Université de Kinshasa, Kinshasa, 2018.

OLIVEIRA, Carlos Alberto. **Políticas públicas de inclusão e o papel do orientador educacional**. 2021. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

PAIVA, Rodrigo. Inclusão e equidade nas escolas latino-americanas: o papel da orientação educacional. **Revista Latino-Americana de Educação**, v. 14, n. 1, p. 33–52, 2022.

SANTOS, Luciana Maria. Identidade negra e orientação educacional. **Revista Educação e Relações Étnico-Raciais**, v. 5, n. 2, p. 61–79, 2022.

SILVA, Ricardo Alves. Formação do orientador educacional frente à diversidade. **Revista Brasileira de Orientação Educacional**, v. 8, n. 1, p. 15–32, 2020.

SOUZA, Marina Lopes. **Orientação educacional e desigualdades sociais**. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

Submissão: 31/12/2025

Aceito: 28/04/2026